

AS LINHAS DA CULTURA. UMA ABORDAGEM TEÓRICO-ETNOGRÁFICA DO OPERARIADO AGRÍCOLA ALENTEJANO DURANTE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS.

JOÃO VALENTE AGUIAR⁴

RESUMO

Este artigo recorre a uma perspetiva sociológica com o objetivo de reconstruir, analítica e empiricamente, um objeto de estudo muito particular. O artigo responde a este desafio tendo como base uma aproximação etnográfica a um objeto de estudo relativamente desconhecido: os trabalhadores assalariados rurais do Alentejo. Agregando dados qualitativos assentes na análise de conteúdo de poemas e canções populares da região e em testemunhos de antigos operários agrícolas, o artigo busca reconstruir uma trajetória das mobilizações históricas no Alentejo durante o Estado Novo português (1926-1974). O propósito central passou por dar conta da interação entre a esfera cultural, atendendo aos seus dispositivos simbólicos e ideológicos, e o processo de organização e mobilização da referida classe social.

Palavras-chave: Cultura. Classes sociais. Etnografia.

ABSTRACT

This article uses a sociological perspective with the aim of reconstructing, analytically and empirically, a very particular object of study. The article responds to this challenge based on an ethnographic approach to a relatively unknown object of study: rural salaried workers in Alentejo. Adding qualitative data based on content analysis of poems and popular songs from the region and testimonies from former agricultural workers, the article seeks to reconstruct a trajectory of historical mobilizations in Alentejo during the Portuguese Estado Novo (1926-1974). The central purpose was to account for the interaction between the cultural sphere, taking into account its symbolic and ideological devices, and the process of organization and mobilization of the aforementioned social class.

Keywords: *Culture. Social classes. Ethnography.*

⁴ Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Introdução

Num ensaio sociológico referente às condições sociais e culturais das classes trabalhadoras norte-americanas, Michael Burawoy lançou a interrogação «porque os operários trabalham tão duramente?» (Burawoy, 1982, p.xi). Para o autor, a construção do consentimento constitui o foco central da sua análise.

Numa direção complementar mas alternativa, o ponto de partida para a pesquisa aqui exposta poder-se-ia expressar na questão: “porque em determinadas condições se mobilizam os trabalhadores?”. No fundo, procurou-se repensar de que modo se pode operar a ação social junto de classes sociais desfavorecidas em determinados contextos históricos. Com efeito, num plano de menor abstração analítica, esta pesquisa surgiu orientada para a prossecução de um objetivo central: indagar da forma como a cultura popular produzida pelo operariado agrícola alentejano contribuiu para a mobilização social e política dessa classe social durante o Estado Novo. Nesse sentido, foi fundamental interrogar o social a partir de uma perspetiva sociológica que incluísse uma veia temporal. O propósito de investigação aqui exposto versou a integração de conceitos que remontam a dimensões predominantemente simbólicas - a cultura popular - com conceitos que se repercutam numa aproximação mais histórica - a formação da classe trabalhadora.

A este propósito, definiu-se cultura popular a partir de proposições que contemplem, num primeiro momento, a geração e produção de cultura, isto é, de objetos materiais, mas também de sentidos, de representações, de valores, de redes de sociabilidade e de interações individuais e grupais pelos trabalhadores. Adicionalmente, a conceptualização da cultura popular, sobretudo em referência à subjetividade operária, implica compreender que a sua presença na sociedade é variável, consoante o grau de contradições e de correlação de forças das classes populares no campo mais vasto das classes sociais. Finalmente, a cultura popular (e) operária é igualmente variável no espaço que ocupa no campo cultural, de acordo com a maior ou menor penetração da cultura e das ideologias de outras classes, bem como do intercâmbio e influências estéticas que se estabelecem entre si.

Num outro plano evocamos o conceito de formação da classe trabalhadora. Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, «um processo ativo que deve tanto à agência como ao condicionamento» (Thompson, 1991, p.8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialética entre capacidade - histórica e contextualmente variável - de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais (Estado, mercado, ideologias) e pela classe dominante. Assim, a classe social não é em Thompson uma estrutura mas um processo, um conjunto

articulado de práticas coletivas dotadas de historicidade. Isto é, uma mesma classe social é passível de adotar diferentes comportamentos e ações coletivas ao longo da sua existência histórica. Por outras palavras, cada classe social tem um campo possível de produção e efetivação de práticas próprias - culturais e políticas - e que estas podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes.

Por conseguinte, a «classe entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenómeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de facto) das relações humanas» (idem).

No fundo, dois eixos conceituais que pretenderam captar não apenas um fragmento da cultura popular alentejana, no Sul de Portugal, ou o trajeto sócio-histórico dos assalariados agrícolas daquela região, mas a sua inter-relação. O enfoque nesta interrelação teórica repercute-se num percurso metodológico específico. Com efeito, derivada da necessidade de aprofundar a imbricação entre duas dimensões - uma de ordem simbólica, outra incrustada ao nível de uma projeção sócio-histórica - a metodologia acionada passou pela combinação de uma abordagem etnográfica com uma aproximação sociológica a um percurso histórico específico. De facto, a perspectiva etnográfica registou níveis mais profícuos na medida em que se inseriram os produtos culturais num segmento espaço-temporal mais amplo e circunstanciado. Por outro lado, a relação histórica da ação social coletiva do operariado agrícola alentejano com a esfera da cultura não é independente dos contextos de sociabilidade presentes na produção simbólica dessa população.

De seguida, na secção 1, expõem-se os contornos do percurso metodológico acionado. Nas secções 2 a 4 embrenhou-se a pesquisa em termos dos significados e eixos simbólicos, políticos e históricos que permearam aquela classe social.

1. O mapeamento metodológico da pesquisa de terreno

Para a fecundidade de um trabalho de investigação sociológica afirma-se pertinente «conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objetivar e racionalizar o que ocorreu» (Caria, 2002, p.10). Como mediador das duas linguagens - empírica e teórica - a metodologia protagoniza uma «construção estratégica» (idem, p.9), uma ponte entre os dois tabuleiros. Segundo Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida, é inquestionável a existência de uma reciprocidade entre teoria e empiria: «sendo, pois, a investigação empírica largamente tributária da teoria, já se vê que a progressão na produção de

conhecimentos concretos se terá de fazer, em larga medida, na dependência e do ritmo e natureza da análise propriamente teórica. O que não significa que a pesquisa empírica esteja impedida de exercer, ela própria, uma influência marcante sobre a teoria que comanda os seus momentos fundamentais» (Pinto e Almeida, 1995, p.124). No fundo, para um mergulho consequente no real-social torna-se necessário estabelecer e definir uma «estratégia integrada de pesquisa» (Costa, 2001, p.129) que «organize criticamente as práticas de investigação» (Pinto e Almeida, 1995, p.80).

Nesta pesquisa - que constitui um estudo centrado numa pesquisa de terreno com características etnográficas - procurou-se cumprir a sugestão de Firmino da Costa: a necessidade de «uma presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto direto com as pessoas e as situações» (Costa, 2001, p.129). Nesse sentido, uma presença relativamente longa no terreno (cerca de quase quatro meses) veio acompanhada de um mapeamento metodológico que orientasse e organizasse o trabalho de campo. No fundo, a assunção e enunciação de princípios metodológicos que se coadunassem com os objetivos da pesquisa andou de braço dado com uma «atitude sociológica» que «foi sempre a de expectativa, a de abertura preponderantemente recetiva» (Pais, 2000, p.13). Por conseguinte, a abordagem de cariz etnográfico - mais no que toca ao processo de recolha e tratamento da informação do que propriamente na construção teórica prévia - procurou corresponder a uma «análise centrada na construção social do quotidiano, partilhado em rotinas de ação e negociado em consensos e conflitos sobre regras de significação e de uso legítimo dos recursos, e não em qualquer visão “essencialista” e/ou exótica da cultura local» (Caria, 2002, p.14).

O mesmo consiste em afirmar que o processo de organização da pesquisa não se baseou na construção de um objeto de estudo singularíssimo ou portador de qualquer missão histórica definida de antemão, mas que as “conclusões” alcançadas decorrem da dinâmica descortinada no decurso do próprio processo de investigação. Em termos práticos, a articulação entre teoria geral de partida e mergulho etnográfico no terreno não funcionou somente como um exercício de ligação entre os níveis macro e micro da realidade social. Nos marcos da *grounded-theory*, o método etnográfico revelou-se fundamental como alavanca estratégica capaz de respaldar os dados empíricos num quadro teórico final, o que Seale define como «generalização teórica» (Seale, 2000, p.109).

Consequentemente, reforça-se a relevância dos procedimentos etnográficos de pesquisa para, por um lado, colher os elementos de ordem subjetiva e simbólica existentes no solo da realidade social e, por outro lado, os poder enquadrar em termos mais genéricos num quadro teórico mais abstrato. Na verdade, a construção de princípios teóricos gerais - conceitos, conjuntos de conceitos e hipóteses - não é, do nosso ponto de vista, um

exercício antagónico com o municiar de procedimentos qualitativos e etnográficos. Ao mesmo tempo, não se procurou generalizar precipitadamente conclusões de um caso específico vivido pelo operariado agrícola alentejano entre 1926 e 1974.

Para a robustez do mapa metodológico de orientação da pesquisa empírica abraçou-se uma postura de constante reflexividade sobre as relações sociais de observação, ou nas palavras de Telmo Caria, «as condições sociais da observação/ inquirição do social» (Caria, 2002, p.11). Considerando-se que a produção teórica é necessariamente influenciada pela perspetiva adotada, a problematização teórica e metodológica da localização do pesquisador num determinado ponto de vista (analítico e no terreno) é impreterível para a solidez do estudo sociológico. Ao pesquisador no terreno não lhe basta apenas a reflexividade de forma a controlar os seus procedimentos e a orientar a sua trajetória de investigação. Importa igualmente que, entre outros domínios e competências, a pesquisa seja capaz de, mantendo o devido distanciamento metodológico, adequar a sua linguagem (verbal e não-verbal) ao público em estudo. Daí que a informalidade «que supõe um processo de ajustamento recíproco, permita que, aos efeitos inerentes à presença do investigador no terreno e à interação deste com as pessoas, não se venha juntar uma maior rigidificação dos papéis recíprocos do observador e do observado e uma maior rigidificação das categorias que organizam o processo de interacção verbal» (Costa, 2001, p.138). Por esta via, o pesquisador não apenas se aproxima mais estreitamente do seu objeto empírico de estudo como, simultaneamente, pode experienciar, sob condições de controlo e vigilância epistemológica, ética e metodológica, determinadas (micro)vivências dos agentes sociais.

Assim, a presença prolongada no terreno, a multiplicidade de dimensões analisadas do real e o confronto sistemático entre o seu habitus e o universo dos habitus dos agentes estudados funcionam como meios que permitem conferir objetividade à investigação. Ou seja, recolha e tratamento de dados levados a cabo com instrumentos técnicos e metodológicos controlados de forma sistemática, tendo em mente o princípio basilar do «conhecimento das condições de conhecimento» (Bourdieu, 1980, p.7). Tendo optado por um estudo orientado para a captação da subjectividade operária, é natural que a escolha da(s) metodologia(s) procure cumprir tal desígnio.

Nesse sentido, a metodologia qualitativa surgiu como a mais adequada para indagar dos significados e perceções que os trabalhadores extraem e manifestam a partir do seu envolvimento com as condições culturais (e extraculturais) de existência. Na prática, a maior preponderância da metodologia qualitativa prendeu-se com o facto de que «ao intentarmos a reconstrução das culturas operárias, somos obrigados a prestar a devida atenção aos modos de ver e aos modos de ser, sendo que as investigações sociológicas

quantitativistas baseadas em questionários fechados e na compilação de estatísticas são de importante mas limitada valia na reconstrução das estruturas de ver e sentir» (Kirk, 2004, p.51).

Por conseguinte, o estabelecimento de uma metodologia de maior pendor qualitativo assumiu uma importância capital no nosso trabalho. Acentue-se a necessidade de integrar técnicas que apelem à auto-expressividade do sujeito e numa abordagem plural das mesmas. Tal propósito enquadró a utilização de técnicas como a análise de conteúdo, histórias de vida, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, bem como a recolha e análise documental. Cada uma das técnicas procurou registrar diferentes facetas do polígono social complexo que abarca os fenómenos relacionados com a formação da classe trabalhadora e o papel da subjetividade e da cultura nesse processo. Por tudo o que tem sido enunciado, é razoável admitir este trabalho metodológico do pesquisador qualitativo se assemelha a um bricoleur, a uma «construção emergente» (Denzin, 1998, p.3). A capacidade que a metodologia qualitativa tem para resgatar «os momentos e os sentidos dos indivíduos» (idem) inclui uma combinação de dimensões com complementar estatuto analítico. Por um lado, temos, assim, a “voz” e a vivência do agente social como ele próprio a interpreta. Por outro lado, ocorre um exercício interpretativo do pesquisador que, sem adular a subjetividade do sujeito, produz uma reflexão compreensiva sobre a reflexão atuante do agente social. Tal facto implica apreender a pesquisa qualitativa como um local de «múltiplos métodos e práticas de pesquisa» (idem, p.5).

Denota-se, portanto, um enraizamento das técnicas de tonalidade interpretativa num trajeto de pesquisa bi-direccional entre teoria e empiria. Este movimento entre empiria e teoria convoca uma comunicação mais estreita entre processo real e processo de conhecimento. Destaque-se que isso não significa necessariamente a subversão completa da função de comando da teoria. Pelo contrário, trata-se de recusar as visões que tendem a fechar a teoria em si mesma, reduzindo a problematização sociológica a uma especulação escolástica. Na verdade, a teoria continua a ser o ponto de chegada de uma qualquer investigação sociológica. Ou seja, o maior vaivém entre teoria e empiria não é um fim, mas atua e interage como mola propulsora do incremento da qualidade heurística e afinamento dos quadros teóricos existentes. É neste âmbito que a supramencionada grounded theory aponta. Esta consiste no processo de «gerar teoria e a descoberta sistemática de teoria a partir dos dados recolhidos na investigação social» (Glaser e Strauss, 1997, p.3). Por outras palavras, trata-se de considerar que a adequação da teoria não está «divorciada do processo em que foi gerada» (idem, p.5). Nesse sentido, o pesquisador etnográfico não só se municia com um quadro teórico de partida, como, com o decurso da investigação, os dados empíricos permitem forjar novos eixos de fundamentação teórica,

complementando e refinando a análise.

De facto, a um arsenal teórico de partida - ancorado nos conceitos de cultura popular e de formação da classe trabalhadora procurou-se complementar a análise através da canalização de elementos e dados recolhidos no terreno, num diálogo entre elaboração teórica e indagação empírica que se procurou ser fecundo. Sublinhe-se ainda que um veio metodológico de forte inspiração etnográfica - procedimento essencial para captar material empírico da subjetividade operária alentejana como o canto popular dessa região (secção 2) ou testemunhos de agentes sociais que vivenciaram experiências naquele contexto (secção 3) - coexiste com uma abordagem de teor histórico com o propósito de inserir domínios da cultura operária num horizonte temporal mais vasto e potenciador de um enquadramento mutuamente causal entre sociedade, cultura e história.

Por fim, cabe enfatizar que os processos históricos não são nem, em primeira mão, mecânicos e despojados dos significados atribuídos pelos agentes e, em segunda mão, não seriam possíveis sem a espessura simbólica que os sustentam e lhes vibração humana. O mesmo é dizer entre classe social, cultura popular e ação social ao longo de um determinado período de tempo.

2. Uma primeira faceta da cultura popular alentejana: a poética cantada

Nesta secção abordam-se três eixos nucleares do trabalho empírico. Neste primeiro eixo consagra-se espaço ao estudo da canção (e poesia) popular em si mesma(s), antes de se enunciar as principais vias de acesso à substância daquela poética (cantada). Em termos genéricos, abordou-se o canto alentejano enquanto modalidade mais acessível para uma mais frutífera indagação empírica. No fundo, a poética cantada alentejana reporta-se a performances artísticas do operariado agrícola da região desde há centenas de anos. Na sequência da pesquisa de terreno, desenhou-se uma breve tipologia temática/semântica dos elementos mais presentes na poética cantada⁵ alentejana. Procura-se, assim, dar conta de um breve exercício prospetivo que possa relacionar a sua subjetividade com aspetos da ação social daquela classe social. Relativamente a este último tópico é fácil avançar com a ideia de que esta se caracterizou por ser uma subjetividade de resistência, de oposição à ditadura do Estado Novo (1926-74) e grupos sociais adstritos. Esta subjetividade operária encontra-se, portanto, espelhada numa das suas dimensões mais relevantes: a poética cantada.

No seio desta última resenham-se os seguintes tópicos temáticos:

⁵ O canto alentejano, como é vulgarmente denominado, constitui uma forma de poética cantada no sentido em que nesta prática cultural se entrecruzam duas técnicas artísticas principais: a poesia popular e sua correlativa musicalização por via da interpretação vocal.

a) a poesia propriamente dita. Dimensão auto-reflexiva da poesia popular sobre si mesma. Dentre outros domínios, este é certamente um dos que mais contribui para aferir do desenvolvimento estético do canto popular alentejano como uma criação artística de pleno direito.

b) a natureza. Os traços de humanização da natureza encontrados na poética cantada popular decorrem não de uma simples atribuição de características humanas a aspetos ou facetas do universo natural. De facto, existe uma certa metaforização, conotando diferentes domínios da natureza com distintas simbologias humanas.

c) o amor. Encontram-se nos cantos populares alentejanos tonalidades típicas de poemas de amor: a ausência do outro, a busca do outro, a saudade do outro, os desencontros. O corpo como materialização do amor mas também como limite terreno desse sentimento humano.

d) a reflexão sobre a condição humana. As dificuldades de sobrevivência, o desemprego por grandes períodos de tempo e o corte/dessacralização do viver religioso, desaguaram em reflexões sobre a condição humana que, em determinadas composições poéticas, se aproxima de um certo niilismo. O canto religioso é sobretudo marcante em períodos de festas religiosas, funcionando como translações temporais de tradições religiosas ancestrais - cantar aos Reis e no Natal - e que assumiam mais dinâmicas de ritualização nas festividades e menos uma consagração religiosa de um balizar da vida quotidiana terrena numa linguagem transcendental. Esta condição existencial leva o trabalhador rural a centrar a reflexão sobre a sua vida em termos muito práticos: sobre a natureza, sobre a paisagem e sobre si, o seu corpo e os seus semelhantes e como estes se relacionam com o mundo terreno que veem em seu redor.

e) terra ou lugar? O “apego à terra” tende a sintomaticamente ser atribuído a populações rurais. No fundo, as teses da *gemeinschaft* versus *gesellschaft*, ou seja, da comunidade versus a sociedade ou da tradição versus a modernidade, fundam uma aporia que, a mais das vezes, obscurece o real conteúdo de certos expedientes dos estilos de vida das populações situadas fora dos grandes centros urbanos. No Alentejo, nomeadamente no que pudemos recolher das canções populares, esse sentimento de “apego à terra” é mais uma ligação ao lugar do que propriamente à posse da terra como é mais característico no campesinato do norte de Portugal (Pinto (1985), Almeida (1999), Silva (1998)). De facto, mais do que um sentimento de propriedade, o operariado agrícola alentejano identifica-se, num primeiro momento, com o lugar onde habita e onde forjou a sua subjetividade. Temos assim uma forte presença da identidade local no corpo textual das composições populares alentejanas. Isto é, o modo de ser do operário rural alentejano fundamenta uma visão de identificação com o lugar mas não com a propriedade.

f) a condição do “pobre”⁶. Um dos fenómenos sociais mais identificativos do Alentejo durante séculos foi a pobreza e mesmo a miséria em que viviam milhares e milhares de famílias trabalhadoras. A profusão de composições poéticas (cantadas) descrevendo as condições penosas do operariado agrícola é imensa:

*Vêm-se corpos humanos
Suportando mil enganos
Da sociedade que os intruja
(...)
Semeando com fome e frio
Andam os corpos seminus
Acompanhando essa cruz
(...)
Farrapos da humanidade
Abandonados da sorte
Estendendo os braços à morte
À mercê da caridade
Na alta sociedade
Gastam-se notas aos maços
Vindo de ricos terraços
Ouvem-se risos de fera
Lá está o pobre à espera
Dos meios tostões dos ricaços.
(VVAA., 2001, p.71-72).*

O sentimento de injustiça em relação à miséria existente durante o Estado Novo nos campos alentejanos e o sentimento de compaixão com os trabalhadores pobres e mendigos assomam como dois dínamos da elevação da consciência social do operariado agrícola alentejano, facto bem espelhado na sua poética cantada. Registe-se ainda a perceção da situação de pobreza como um fenómeno não atribuído a fatores naturais ou inelutáveis, mas à situação amplamente favorecida do que chamavam de “ricaços”: os latifundiários e os senhores da terra.

⁶ No quadro temático do artigo, os tópicos f a h representam uma relevância acrescida e central.

g) a condição operária. Um elemento identificativo da cultura operária e popular alentejana era, inequivocamente, o trabalho assalariado. Desde as simples menções à vida de trabalho,

*Mondadeira alentejana,
Lenço de todas as cores,
Vai mondando, vai cantando
Cantigas aos seus amores.
(VVAA, 1994, p.67)*

até à centralidade do trabalho como marco de estruturação da vida quotidiana e na própria constituição das «regras do jogo no mercado matrimonial» (Almeida, 1999, p.258):

*Cefeira! Cefeira, linda cefeira!
Eu hei-de,
Eu hei-de casar contigo!
Lá nos cam...
Lá nos campos, secos campos,
Lá nos campos, secos campos, à calma a ceifar o trigo.
(VVAA, 1994, p.71).*

A consciência do núcleo estruturante e nevrálgico do trabalho assalariado é por demais evidente em dois poemas. No primeiro evidencia-se a condição humilhante da venda e compra de trabalhadores na praça das aldeias e vilas alentejanas pelos feitores e proprietários agrícolas, a troca de um salário e por um período temporário de trabalho (geralmente, uma época de colheitas).

*Meus senhores eu venho à praça
Este meu corpo oferecer
Este meu corpo-carcaça
De se comprar e vender
De se comprar e vender
De bem se negociar
No negócio de render*

Sem ele eu nada ganhar. (Lima, 2006, p.34).

MOTE

Ó trabalhador rural

Vem estudar esta lição

Se és tu que vives mais mal

Quando tudo tens na mão.

Vem cá pobre criatura

Da vida precária e cega

Que lutas com tanta miséria

E produzes tanta fartura

A tua tarefa é a mais dura

O teu sofrer é sem igual

O teu braço o principal

Que fornece o suave pão

Do qual não tens um quinhão

Ó trabalhador rural.

(Navarro, 2002, p.76).

Aqui denota-se uma aguda ilustração do cerne e dos efeitos do trabalho assalariado, isto é, da venda da força de trabalho como elemento estruturante das relações sociais de produção vigentes naquele contexto.

h) o confronto com o poder. Dos dois últimos eixos temáticos, com maior incidência causal, mas também pela articulação de todos os anteriores, o confronto da classe operária alentejana com a classe dominante nos campos e suas instituições representativas iria ser uma realidade. Em primeiro lugar, destaque-se o desaguar de múltiplas tendências secundárias mas nem por isso desprezíveis. O cruzamento entre a existência de um saber fazer performativo próprio - a poética cantada popular; a ligação à natureza e a pulsão de materializar um viver social que permitisse uma vivência frutífera e harmoniosa entre produtores e o mundo natural, bem como a humanização dos elementos naturais; a profusão de sentimentos de amor e de generosidade com o próximo; e o sentido existencial oscilante entre um pessimismo e uma consciência da vida humana operária como despojada a não

ser de si mesma e do seu lugar biológico - o corpo; marcariam, no seu todo, um modelo de variáveis essenciais para a consolidação de uma identidade operária muito própria.

Por outro lado, esse cruzamento que se poderia designar de secundário interliga-se com o cruzamento fulcral entre, por um lado, o sentimento de injustiça perante as condições de vida concretas do operariado e, por outro, a compreensão da sua condição de trabalhadores assalariados e de que seria nessa relação social que residiria a raiz principal do seu modo de viver, construiriam uma forte identidade e identificação coletiva da classe operária agrícola alentejana.

Nesse sentido, a criação de um mundo cultural muito próprio de representações sociais mas também de sociabilidades culturais moldaria a revivescência de um cenário social polarizado em termos de posicionamento social (a disparidade dos lugares de classe entre os agrários e o operariado da região) mas também em termos de ação social. Polarizado em termos de ação social, pela paulatina e gradual construção do operariado agrícola alentejano como sujeito social coletivo com referenciais simbólicos e com práticas culturais e políticas próprias e independentes. Logo, com interesses coletivos bem definidos e contrastantes com os dos senhores da terra e das autoridades. Portanto, o primeiro nível da constituição de um universo cultural operário passa pela assunção das diferenças entre trabalhadores e proprietários das terras, como agentes sociais distintos, mas intimamente relacionados nos seus propósitos políticos, sociais e económicos:

Há lobos sem ser na serra

Ainda não sabia

Debaixo do arvoredos

Trabalho de noite e de dia.

(...)

O rico é como o sapo

Só tem barriga e pança

O pobre é como a formiga

Só trabalha e não descansa.

(Lima, 2006, p.49).

Um segundo nível pode ser destacado no que toca à identificação dos interesses sociais fundamentais do operariado agrícola da região. Às dificuldades de sobrevivência económica e à opressão pelo regime ditatorial, na poética popular surge como vetor o contrariar da

dinâmica do regime e o horizonte simbólico de construção de uma sociedade diferente, mais democrática e com direitos sociais e políticos. A ambição de transformar a sociedade e construir novas formas de sociabilidade humana surge no poema “O meu sonho”:

Eu sonho com um mundo novo, isento de maldade

Em que os homens se estimem e dêem com amor

Um mundo de ventura e eterna felicidade

Donde p’ra todo o sempre seja banida a dor.

(...)

Um mundo em que haja paz em toda a terra

Em que o ódio e a dor jamais tenham guarida

Um mundo em que a semente da miserável guerra

Se mantenha p’ra sempre dos homens esquecida.

Eu sonho um mundo novo repleto de alegria

Donde desapareça o mal que nos consome

Um mundo em que se possa gozar a luz do dia

E onde jamais alguém possa morrer de fome. (VVAA., 1987, p.59).

Sinteticamente, a poética cantada do operariado rural alentejano evidencia traços muito específicos da sua identidade social e política. Não só uma abordagem existencial muito forte sobre a sua condição social; mas também; a construção mental e simbólica da terra como um utensílio a cultivar e não como a raiz natural das relações sociais de propriedade; a auto-identificação como trabalhadores com interesses económicos e políticos opostos aos dos grandes proprietários da terra; a produção de uma linguagem política e cultural alternativa do sistema de poder.

Todas estas dimensões culturais não se espelharam tão-somente no terreno da produção simbólica. Com efeito, materializaram-se no real concreto e histórico, logo, assumiram uma dimensão política e social.

3. Uma segunda faceta da cultura popular alentejana: reflexividade operária sobre a sua condição de classe

O segundo eixo da pesquisa de terreno debruça-se sobre a subjetividade de três protagonistas sociais pertencentes ao tempo e ao objeto de estudo. No fundo, surgiu

como analiticamente relevante nesse eixo resgatar e explicar as vozes de agentes sociais de modo a que estes pudessem comentar as suas vivências no decurso de processos sociais e históricos descritos anteriormente. Consequentemente, surgiu como relevante enquadrar as biografias de operários agrícolas em torno de uma coordenada específica: o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores. Por seu turno, o recurso às histórias de vida recriou, pela evocação da experiência contada e vivida dos agentes sociais, uma nova manta de representações sociais e simbólicas. De facto, o método biográfico leva os agentes sociais a realizarem uma reflexão própria sobre um conjunto de acontecimentos e fenómenos que vivenciaram. Nas palavras de Machado Pais, «o que está em jogo no uso do método biográfico é a recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as evoca» (Pais, 2001, p.107), o que parece dar a entender que as histórias de vida trazem para o texto analítico a tessitura da subjetividade dos indivíduos. No fundo, a análise sociológica enriquece-se aqui por via da recolha, tratamento e interpretação teórica do discurso dos agentes. Fundamentalmente, não se trata de fazer do discurso dos agentes matéria científica acabada ou sequer potencialmente explicativa. Na verdade, o retomar das palavras dos agentes cumpre, essencialmente, uma função de captação de camadas do tecido social dificilmente apreensíveis por outros métodos e técnicas. Basicamente, a enunciação das representações individuais e coletivas não cabe ao pesquisador, mas este deve ouvir, recolher e, finalmente, interpretar o universo simbólico, cognitivo e afetivo dos agentes sociais.

Daí que seja extremamente fecunda a seguinte elucubração de José Machado Pais: «em jogo» no método biográfico «está também a possibilidade de tornar visível o que nem sempre é empiricamente detetável, precisamente as dimensões invisíveis de um fenómeno» (idem). Por conseguinte, mais do que retratar vidas humanas na sua globalidade, pretendeu-se que os agentes sociais entrevistados alavancassem domínios de experiência operária num conjunto definido de temas diretamente conectados com a formação do operariado agrícola alentejano e com a sua base de sustentação: a cultura popular assente em valores de solidariedade e de união coletiva.

Recolher o «sentimento do período histórico» (James, 2004, p.290) contemplado foi o desígnio desta secção, em especial no que toca ao propósito de objetivar a consciência política e cultural de três operários agrícolas na sua concreção, na sua expressividade mais crua. Em poucas palavras, transformar os relatos dos trabalhadores em testemunhos orais.

Como base do trabalho de pesquisa, enfatizou-se o papel da cultura operária na formação da consciência política e social dos trabalhadores agrícolas alentejanos. Relembrando este tópico, deu-se a palavra aos agentes entrevistados e como estes apreendem a importância do coletivo e da solidariedade patentes nas redes de sociabilidade operárias.

FL, operário agrícola com 81 anos de idade e proveniente da aldeia do Couço, concelho de Coruche, considera que

nos trabalhadores alentejanos e ribatejanos da margem sul havia uma consciência da solidariedade muito grande. A importância da solidariedade via-se, por exemplo na que manifestávamos com os trabalhadores presos pelo regime. Naquele tempo afirmar os valores da democracia e da liberdade no contexto do regime ditatorial de Salazar era um enorme ato de coragem que só podia ser tomado coletivamente (FL).

Afigura-se como sociologicamente interessante a forma como FL aborda esta questão. Em termos simples, para que os trabalhadores alentejanos pudessem afrontar um regime político que consideravam como obstáculo à concretização dos seus interesses e das necessidades mais prementes, só a sua agregação grupal poderia funcionar como aríete contra o Estado Novo. Todavia, a unidade coletiva dos trabalhadores não bastava, segundo FL. Era preciso acrescentar-lhe três formas de consciência:

do mundo e do país em que viviam; da transformação social (mundo em constante mudança); do seu papel nesse processo de transformação. Isto tinha depois ligação com o próprio conceito que o trabalhador alentejano tinha de posse da terra. Havia até um ditado onde se dizia, “a terra? Para que a quero eu a ter? Quando entro em casa até sacudo os pés!” (risos) (FL).

Este “limpar a terra dos pés” conota uma noção de desprendimento em relação à propriedade individual e de despojamento corporal relativamente ao que não lhe é inerente. Até neste capítulo o assalariado agrícola alentejano assume uma condição de desapossamento dos meios de produção. No caso, simbólicos. Porém, este sentimento de comunidade repercute-se por vezes, refere o mesmo entrevistado, num certo sentimento de desconfiança de quem vem de fora, às vezes quase uma autarcia comunitária (FL).

Redimensionando as suas vivências quotidianas num campo cultural e de sociabilidade próprio, o operariado agrícola alentejano secretava produtos simbólicos seus, em grande medida autónomos de influências de outras classes sociais. Tomando o conceito de cultura num domínio mais vasto, percebe-se, por conseguinte, como as redes de interação, agrupamento coletivo e de sociabilidade inter-individual dessas comunidades rurais operárias consubstanciavam-se como fortes indutores de disposições morais, políticas, estéticas e significacionais claramente distintas das encontradas no seu exterior. A assunção destas experiências de vida passava por um sentimento de naturalidade com que tudo foi feito ali. Por exemplo,

as reuniões políticas faziam-se com um petisco e com um copo mesmo sabendo que corríamos o risco de surgir a Guarda [polícia rural portuguesa]. Isto permitia disfarçar as reuniões, mas também porque víamos a luta com alegria e não com

desespero, pelo menos da parte dos trabalhadores mais conscientes. Essa vivência em comunidade (FL)

consumava toda uma rede de sociabilidades e uma plataforma de produção profusa de conteúdos culturais muito próprios que se refletiam no viver coletivo e político dessa classe social.

E que classe era essa? A que classe pertenciam aqueles agentes? Explicitando, a que classe social assumiam aqueles agentes sociais pertencer? Para HC, operário de Montemor-o-Novo com 89 anos de idade,

isto aqui são operários agrícolas. É proletariado agrícola, não são camponeses como lá no Norte [de Portugal]. E não é por uma mania, é por uma razão científica. O operário agrícola não tem nada seu, não tem terra sua, só tem dois braços. Isto é um operário industrial ou agrícola para trabalhar. Ele não é camponês. Por isso, chamávamos operários agrícolas aos trabalhadores agrícolas. Já em 62 havia essa consciência sentida de que eram operários agrícolas. É um raciocínio, é uma consciência de classe como tem um operário não é? Para ele o que interessa é o trabalho não é a terra. Nunca quisemos a terra para nada, ela era para trabalhar (HC).

Mais uma vez, denota-se o tema de que a terra não seria uma propriedade ou uma posse a ser apropriada individualmente, mas um recurso a trabalhar coletivamente. Paralelamente, a noção arreigada, historicamente reproduzida e reapropriada, de que os trabalhadores agrícolas da região eram, na sua esmagadora maioria, assalariados não deriva de uma mera constatação estatística. De facto, como apontaremos na secção subsequente, parece evidente o elevado peso numérico e populacional do operariado agrícola em todo o Alentejo. Contudo, uma certeza estatística e demográfica não é idêntica à subjetividade com que os agentes sociais apreendem a sua vivência, localização e condição social. Assim, o desenvolvimento de uma linguagem política - ainda por cima, assumindo explicitamente a pertença a uma determinada classe social - cristaliza uma orientação simbólica e ideológica marcada e corporizada pelos operários da região. Notadamente, operários que residiam, sociabilizavam, conviviam e trabalhavam em unidades territoriais relativamente endógenas, portanto, culturalmente (e politicamente) com pouco contacto das influências e dinâmicas das classes dominantes e das instituições do poder político nos campos (a União Nacional, os Grémios ou as Casas do Povo). HC acrescenta ainda que essa vida comunitária dos operários agrícolas alentejanos não dispensava o canto coletivo.

Às vezes cantava-se, juntava-se muita gente. Aos domingos, dia que não se trabalhava, juntavam-se aos 20, 30 de braço dado a cantar as canções que tínhamos na época. Havia canções de amor, de raparigas e tal, depois ia para outra rua e

cantava-se outra sobre a terra e juntava-se muita gente. Nas ceifas, homens e mulheres cantavam. Ai cantava-se muito. A tirar cortiça assobiava-se. A esgalhar cantava-se, esgalhar é limpar o relevo. Nas mondas, que era antes da monda química, as mulheres e os homens cantavam ao desafio. A música animava o pessoal. Sem ânimo não havia luta possível (HC).

Esta extensão da vida cultural a toda uma série de atividades produtivas marcava o viver operário numa multitude de sentimentos e numa gama vasta de acontecimentos recreativos, sempre perpassados pela solidariedade e pela celebração simbólica da coletividade em que se encontravam.

Olha. Haviam muitos convívios. Se passasses numa rua de uma aldeia, mesmo aqui na cidade de Beja, ias ver muita malta toda junta a cantar e a dançar. O pessoal lá do norte como tu às vezes tem aquela ideia de que nós alentejanos divertimo-nos pouco. Mas não. Divertir não é bem a palavra certa mas que havia uma alegria na vida do dia-a-dia das pessoas havia. Essa alegria era motor da nossa fraternidade para as lutas. Também havia muita gente a ler em conjunto e sessões de leitura. Lembro-me de ver um operário culto, que tinha a quarta classe [quarto ano de escolaridade], a ler livros para alguns operários que não eram alfabetizados. Esse homem sabia até partes de romances de cabeça e contava isso na rua. Era muito giro. Claro que quando sentíamos a GNR [Guarda Nacional Republicana, polícia rural portuguesa] a aproximar das ruas o pessoal debandava e dispersava logo. Também tínhamos que ter cuidado com os bufos [infiltrados da polícia política da ditadura]. Mas nas aldeias era difícil ser bufo porque toda a gente conhecia-se, toda a gente comunicava entre si sempre que aparecia alguém de fora. As brincadeiras eram muito engraçadas na altura. As crianças brincavam sem brinquedos a fazer de conta que tinham brinquedos. Ou então fazíamos uns brinquedos com bocados de arame que às vezes se catava nas ruas. Depois os miúdos andavam a pedir, a correr pela cidade, eram moços ao abandono. Tinha coisas más. A gente sabia que tinha de ir trabalhar muito cedo, muitos logo aos 5 ou 6 anos. Muitos nem à escola iam e eram raros os que tinham mais do que a instrução primária. Mas eu tenho a ideia que apesar da miséria essa vida de garoto descalço ajudou-nos a ser solidários desde meninos. O que um apanhava de comida num campo levava aos outros. Mesmo na escola havia separação entre os meninos das várias classes. Levávamos quase uma vida de malteses mas onde não havia traição entre nós. A traição da confiança era das atitudes mais graves e mais condenáveis que alguém poderia fazer (TP).

Assim fala TP (84 anos) de Beja. TP corrobora igualmente a tese da incomunicabilidade cultural e sociabilitária entre os operários agrícolas e os grandes senhores da terra. Oferece ainda um exemplo concreto da forma de como (não) se relacionavam.

Com os latifundiários? Quase não falávamos, quando se falava. Era gente de grande insensibilidade. Por exemplo, o Dom Diogo em Ferreira do Alentejo. Não deixava no final da ordenha ou da apanha os trabalhadores aproximar-se e alimentar-se

do que quer que fosse que sobrasse. Era de um desprezo para com a fome de quem lhe produzia a riqueza... Era um sujeito horrível. Uma outra situação que não gostava nada era quando alguns trabalhadores vinham com um chapéu pedir ao café Luiz da Rocha esmola. Eram uma exceção, era gente medrosa. Ou então quando os trabalhadores saíam às arrecuas de falar com dom Diogo. Isso sim era degradante. Mas eu não os culpo. A malta era muito pobre, passava fome e era natural que achassem que o senhor deveria ser benemérito. Aquela gente odiava os trabalhadores. Viam-nos como animais ou sei lá o quê (TP).

Comparando com o que considera ser o individualismo característico das últimas décadas, TP exalta

a solidariedade coletiva manifestada pelo operariado agrícola no passado. Era uma solidariedade, uma união como não se vê hoje. Dou-te um exemplo, trabalhadores que davam o conduto ou parte dele para o homem conseguir resistir no trabalho. Alguns andavam com uma pedra na bolsa para fazer de conta que não se passava fome. Sol a sol, fome, nem sei como nós e aquela gente aguentava as ceifas. Ainda por cima trabalhava-se três a quatro meses por ano. O resto do ano era desemprego. Aqueles olhos cavados de fome metiam impressão. Se não fosse a união entre a malta não sei o que teria sido de nós. Eram outros tempos e era um outro regime mas era uma ajuda entre os trabalhadores que não há hoje. Era espontânea e que era comum a gente que nem era politizada (TP).

O sentimento de injustiça relativamente às condições de vida existentes durante o regime ditatorial ajudou a fermentar um sentido de pertença coletiva. Assim, a mobilização coletiva, mesmo no contexto da ditadura, assumia foros de maior facilidade na sua concretização.

Nos jogos de futebol, incentivava-se a participação da malta politizada no jogo em cada equipa. O objetivo era aproveitar aqueles laços de união e ir mobilizando os trabalhadores. No fundo, a malta quando se sentia injustiçada lutava mais facilmente. (...) Outro momento era quando todos nos juntávamos a cantar. Ali crescia uma união entre todos nós (TP).

A mobilização política e social ao longo da duração do Estado Novo demonstra que a movimentação de contingentes populacionais em torno de determinadas reivindicações não é um puro e linear resultado da ação de um agente político (ou sindical) organicamente exterior à classe. Na realidade, a transversalidade de disposições (e de predisposições) baseadas em sentimentos de solidariedade, de desprendimento em relação à propriedade privada da terra e no afrontamento/antagonismo (simbólico e ideológico) entre trabalhadores e grandes proprietários, evidenciam, no seu conjunto, que sem determinados fatores de índole cultural e de partilha densa de sociabilidades, a mobilização política não teria o alcance que os seus resultados, à primeira vista, poderiam fazer crer. Ou seja, as ações de reivindicação política e social nos campos agrícolas do Sul de Portugal ao longo

do Estado Novo tinham como pré-requisito a densidade das sociabilidades e da partilha identitária e cultural nas classes populares rurais.

4. Da cultura à política: a formação do operariado agrícola alentejano no Estado Novo

O último eixo do trabalho de terreno repercute um carácter ligeiramente mais historiográfico e processual: a formação e desenvolvimento das movimentações sociais e políticas do operariado alentejano entre o início da década de 30 e o 25 de Abril de 1974. De facto, a recolha de elementos documentais (excertos de jornais e dados estatísticos) sofreram, nesta secção, um processo interpretativo, acentuando os traços fundamentais acerca da movimentação política da classe operária alentejana. Também neste ponto se interliga fortemente a abordagem etnográfica com a aproximação espaço-temporal ao objeto de estudo. A este título, atente-se, nas lutas e movimentações coletivas do operariado agrícola contra o regime do Estado Novo.

Com efeito, o padrão das lutas operárias durante a ditadura derivou, como já vimos, da matriz cultural da classe trabalhadora agrícola alentejana mas também da organização interna da estrutura fundiária. Sucintamente, interligando território, recursos e relações sociais, importa caracterizar a mancha classista no Alentejo. Desse modo, atente-se no critério posse/propriedades da terra (principal meio e recurso social de produção) como o factor mais estruturante para a definição das classes sociais da região antes de 1974. Com efeito, aliada a uma baixa taxa de urbanização na região, chega-se a vésperas da Revolução dos Cravos com a seguinte distribuição das classes sociais:

Tabela 1 – Classes sociais nos campos alentejanos

<i>Classes sociais</i>	Latifundiários	Pequenos agricultores	Assalariados agrícolas
<i>Percentagem da população activa</i>	2,3%	14%	83,6%
<i>Área agrícola</i>	2.200.000 ha	1.000.000 ha	–
<i>Percentagem do total de terras</i>	68,7%	31,2%	–

Fonte: dados do INE (1968 - explorações agrícolas; 1970 - inquérito à população)

A concentração da terra na dobragem para a década de 70 era nítida. A classe dominante nos campos - uma parte ínfima da população, pouco mais de 2% - detinha mais de dois terços das terras, já para não falar que os cerca de 30% de terras restantes nas mãos dos pequenos agricultores eram, ou explorações com funções de subsistência familiar, ou eram propriedades com solos pouco férteis. Por outro lado, os assalariados agrícolas - que representavam, naquele período, pouco mais de 80% da população - encontravam-

se destituídos do recurso que eles trabalhavam quotidianamente: a terra. E isto quando tinham emprego. Quando se dá a Revolução de 1974 que iria instaurar o regime democrático estimam-se em cerca de 14 mil desempregados agrícolas (Piçarra, 2004, p.212).

Paralelamente, a situação económica do operariado agrícola da região é, no mínimo, precária. Para além do que ficou conhecido na região como o trabalho de sol a sol (ou seja, desde o nascer até ao pôr do sol) e dos baixos salários (Gervásio, 2004, p.182), este quadro de vulnerabilidade socioeconómica do operariado irmanava e complementava-se com um clima de repressão, na medida em que às dificuldades de subsistência dos trabalhadores da região, adicionava-se constantemente um espírito combativo de revolta com resultados óbvios na resposta violenta das autoridades policiais e repressivas do regime.

No que concerne à atividade económica, através de uma leitura atenta do Projeto do II Plano de Fomento (1958) para a agricultura, não se encontra sequer uma linha sobre a melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras da região. Todo o Plano, alegadamente destinado a fomentar o desenvolvimento económico do país, não contempla nunca a melhoria dos salários na região, o combate ao desemprego, a introdução de mecanismos legais traduzidos em termos de contratos de trabalho, a modificação dos horários de trabalho, entre outros. Em todo esse texto oficial do regime apenas se encontram tópicos relacionados com «hidráulica agrícola», «povoamento florestal» e «reorganização agrária» (VVAA., 1958). Mesmo o último ponto - reorganização agrária - apenas foca a questão da melhor forma de reconfigurar a estrutura da propriedade em ordem a tornar o latifúndio mais rentável do ponto de vista económico.

Por conseguinte, a contestação ao regime do Estado Novo surge como uma extensão desta dupla dinâmica assente na esfera simbólico-ideológica - a cultura popular da região - e nas relações de propriedade preponderantes no latifúndio. A consolidação institucional do regime político do Estado Novo não apenas teve consequências ao nível da própria sobrevivência de uma forma fundiária arcaica: o latifúndio. Essa consolidação institucional do regime teve também reflexos na própria dinâmica da classe trabalhadora alentejana.

A primeira particularidade a registar consubstancia-se na necessidade que a classe operária agrícola da região teve em adotar formas de reivindicação que exigissem uma clara consciência política/social da longa duração das lutas sociais ao longo da duração do regime. Por outras palavras, a proliferação de organizações estatais e para-estatais como Casas do Povo, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, os Sindicatos Nacionais, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), no seu conjunto denotam uma clara sustentação e robustez orgânica interna do regime, pelo menos até à sua primeira grande crise com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das experiências autoritárias por toda a Europa. Assim, face ao poder do

Estado e das suas instituições repressivas (Patriarca, 2000, p.458) ou de condicionamento cultural (Casas do Povo), a luta operária nos campos alentejanos assumiu novas formas relativamente ao que tinha ocorrido na Primeira República: iniciativas influenciadas pelo anarco-sindicalismo e assentes na ação direta. Ainda mais relevante, iria crescer a consciência de que a movimentação coletiva dessa classe teria de ser orientada para um longo processo de acumulação de forças. Esta noção da movimentação coletiva concretizar-se-ia, de um lado, por intermédio de uma persistente luta económica e reivindicativa de modo a colmatar as necessidades básicas dos trabalhadores alentejanos e, de outro lado, na formação de uma classe social com um elevado grau de politização.

Esta dimensão de longa duração é bem expressa nas palavras de Américo Leal: «após muitas lutas contra o trabalho de sol a sol e pela redução do horário de trabalho em certas atividades, como na cava das vinhas e noutros trabalhos pontuais, foi a partir de 1960 que os trabalhadores agrícolas do Alentejo passaram a ter no Verão duas horas para o almoço e meia hora para a merenda, o que, mesmo assim, os obrigava a trabalhar 11 e 12 horas por dia. Os salários, embora sempre dependentes da luta dos trabalhadores em cada região, e por vezes em cada herdade, eram, em 1940, de 8 a 10 escudos por dia para os homens e de 2 a 3 escudos para as mulheres, passando, em 1960, na Herdade da Palma e devido a constantes ações reivindicativas, para 15 escudos para os homens e 7 escudos para as mulheres» (Leal, 2005, p.28). Repare-se que o aumento salarial referido pelo autor demorou cerca de 20 anos a ser conseguido. Daqui se depreende o carácter de longa duração das lutas operárias no Alentejo, decorrente da própria natureza do regime e da estrutura fundiária existente.

A mutação no tipo de lutas operárias na região iria obedecer a dois fundamentos principais: 1) desenvolver no plano político os laços de solidariedade e de fraternidade já existentes ao nível das sociabilidades culturais, o que significava adotar lutas reivindicativas em torno de objetivos concretos e de satisfação imediata dos trabalhadores agrícolas (salários, horários de trabalho, períodos de descanso, etc.); 2) à luta descoordenada em cada herdade procurar agregar essas lutas parciais por vila ou aldeia, apostando-se, para isso, na intervenção reivindicativa nas praças de jorna existentes em cada unidade administrativa territorial.

Nas décadas de 40 e 50, a par das mobilizações em torno de reivindicações de carácter económico, começam a acrescentar-se camadas de componente política às mobilizações operárias. Sobretudo na década de 50 recorre-se com maior frequência à greve como forma de luta. Todavia, importa referir que a repressão por si só é insuficiente para fazer retroceder um movimento popular ascendente, sobretudo se não se conseguem destruir as bases produtoras do seu viver social: no caso do operariado agrícola alentejano, a sua base

cultural e a sua posição socioeconómica nas relações sociais de produção da propriedade latifundiária. O caso do assassinato de várias figuras políticas alentejanas (contamos apenas os casos antes de 1958) pelas forças policiais (GNR e PIDE) do regime como Germano Vidigal - assassinado em Junho de 1945 à pancada no posto da GNR -, António José Patoleia - morto, em 1947, na sede da polícia política de Vila Viçosa -, Alfredo Lima - morto a tiro pela GNR da localidade em 1950 - e Catarina Eufémia - assassinada à queima-roupa em 19 de Maio de 1954 na aldeia de Baleizão, concelho de Beja - evidenciam como a violência, no caso da luta operária alentejana contra o regime e por melhores condições de vida, não foi um elemento capaz de desorganizar uma classe que contava com um denso de estruturação interna no respeitante tanto à solidariedade entre os operários em luta com objetivos políticos muito precisos, como à sua disposição para lutar e para enfrentar as forças policiais.

Na década de 60 dar-se-á um dos acontecimentos capitais na mobilização social e política dos assalariados da região: a luta pela conquista das oito horas diárias de trabalho. O fim do secular trabalho de sol a sol seria possível num contexto de desagregação interna do regime (agravada pelo início da Guerra Colonial em 1961 e pelas lutas estudantis de 1962) e de crescente capacidade organizativa da classe operária agrícola alentejana. A conquista das oito horas diárias de trabalho foi precedida de inúmeras ações de protesto e reivindicativas ao longo, pelo menos, das duas décadas anteriores. Por outro lado, num período de tempo mais curto, a mobilização operária de Abril e Maio de 62 rematou todo um longo processo de «pequenas reuniões de trabalhadores para discutir o Primeiro de Maio e as 8 horas de trabalho por dia» (Gervásio, 1996, p.20). A proliferação de reuniões - quase todas clandestinas - pelos campos alentejanos foi acompanhada da definição pela base dos trabalhadores agrícolas de um conjunto de reivindicações que seriam publicadas numa publicação clandestina dedicada às lutas dos trabalhadores agrícolas - O Camponês - na sua edição de Junho daquele ano: «as nossas reivindicações económicas mais imediatas e pelas quais devemos lutar são: 1º - Garantia de trabalho; 2º - Salários mínimos de 30 escudos para homens e 20 escudos para mulheres. Que ninguém trabalhe por menos destes salários; 3º - Jornada de 8 horas. Que ninguém trabalhe de sol a sol» (VVAA, Jun.1962, p.1). Este era um caderno reivindicativo que já podíamos encontrar desde 1954 (VVAA., Mai.1954, p.1).

Nos doze anos seguintes até à Revolução de Abril constata-se que as lutas reivindicativas, greves e concentrações continuaram. Ao mesmo tempo, a contestação da Guerra Colonial politizou ainda mais o próprio operariado agrícola alentejano.

Conclusão

A hipótese central de que a cultura popular se sustentou nos campos alentejanos como o solo (cultural) de onde brotaram as sementes da contestação dos assalariados agrícolas denuncia índices de corroboração empírica. Desde os domínios substantivos da poética cantada analisados, até aos registos orais e biográficos de operários entrevistados, onde pontificavam concepções do mundo social auto-centrados na solidariedade entre os membros da classe trabalhadora local, a mobilização da classe trabalhadora alentejana seria impossível sem índices de auto-identificação de classe, de laços de companheirismo e de uma concepção/mundivisão do mundo social muito própria.

Na medida em que no contexto específico do Estado Novo e da propriedade latifundiária tinha como solo para germinação, uma prolífica produção cultural auto-centrada na sua vida sociabilitária local e no seu próprio carácter de auto-produção cultural, portanto, altamente desconectado da produção cultural e ideológica exterior às suas comunidades e à sua região; e, por outro lado, ajudou a forjar uma cultura regional (algo único no país) que projetou o seu universo cultural precedente a um nível diretamente mais político: a um mais aberto confronto com o Estado Novo.

Constituiu-se, assim, uma cultura política, um tabuleiro axiológico operacionalizado em termos de ações políticas e reivindicativas coincidentes com a coesão cultural e identitária dessa classe social. Por conseguinte, mesmo as práticas políticas não se descartam de variáveis de índole cultural e significacional na sua própria constituição interna. Perante este cenário, a existência por quase meio século de regime político autoritário alicerçado na repressão das contestações populares, também auxiliou a fermentar um terreno mais favorável à construção de um forte sentimento de injustiça, importante instrumento de mobilização coletiva naquele contexto.

Em síntese, neste artigo procurou demonstrar-se, paralelamente, a existência de uma conexão entre a cultura popular local (valores de solidariedade, produtos culturais de apropriação predominantemente coletiva, redes de sociabilidade, de vizinhança e de interconhecimento), uma cultura de resistência e correspondente materialização prática desse universo simbólico. No fundo, pretendeu-se dar visibilidade a um processo imbricado e recíproco entre um *habitus* operacionalizado pelo universo sociabilitário e pelos quadros de interação (Costa 1999) e um *habitus* operacionável na mobilização coletiva. Atente-se, nesse sentido, no papel da identidade individual e coletiva entronizada no *habitus* como plataforma giratória entre a comunidade cultural então existente e as práticas e aliacionadas.

Ressalve-se ainda que a abordagem ao objeto de estudo aqui analisado parece consolidar

relevantes pistas de investigação. Entre várias delas podemos enumerar: a formação das classes populares como sujeitos coletivos sociais e políticos; a produção de uma cultura popular característica; o papel dos universos simbólicos e culturais (desde representações sociais mais genéricas até às vivências quotidianas aparentemente mais anódinas) na construção de uma subjetiva cultura reivindicativa muito própria no contexto português; o lugar da metodologia etnográfica e seus métodos e técnicas no decifrar dos códigos de orientação simbólica e significacional dos agentes sociais.

Neste último tópico, a cultura assumiu, do ponto de vista sociológico, um posicionamento deveras relevante. No momento histórico - anos 30 - em que o Estado Novo se constituiu como regime, onde a oposição de todas as cores políticas e sindicais foi proibida e onde desbaratou toda a oposição operária herdada do período da Primeira República portuguesa (1910-26), a cultura popular alentejana e toda a rede de sociabilidades que a sustentava surtiram efeitos de reserva axiológica, simbólica e ideológica de valores e sentimentos de solidariedade, de auto-identificação de classe e de sentimento de injustiça face à situação vulnerável em que viviam os operários agrícolas de então. Num outro contexto, dos anos 40 até à Revolução de 1974, essa plataforma predominantemente simbólica - o que alguns autores definiram como «culturas de classe» (Batalha et al, 2004) - fundiu-se com várias das propostas políticas que foram chegando à região. Neste contexto, o saber fazer performativo da classe trabalhadora alentejana alimentava a reivindicação social e política e, do mesmo modo, esta última fortalecia os laços sociais existentes ao nível dos quadros de interação quotidianos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*, Oeiras, Celta
- BOURDIEU, Pierre (1980) - *Le sens pratique*, Paris: Minuit
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta
- BURAWOY, Michael (1982) – *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press
- CARIA, Telmo (2002) – A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais. In CARIA, Telmo (org.) – *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, p.9-20
- COSTA, António Firmino da (2001) – A pesquisa de terreno em sociologia. In PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.) – *Metodologia das Ciências Sociais*, 11ªed. Edições Afrontamento: Porto, p.129-148

- DENZIN, Norman (1998) – Introduction. In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.) – *The landscape of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, p.1-34
- GEERTZ, Clifford (1999) – *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes
- GERVÁSIO, António (1996) – *Lutas de massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país*. Lisboa: Edições Avante
- GERVÁSIO, António (2004) – A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.181-187
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (1997) – *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter
- JAMES, David (2004) – Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de género. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.287-314
- KIRK, Neville (2004) – Cultura: costume, comercialização e classe. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.49-70
- LEAL, Américo (2005) – *O Rosto da Reforma Agrária*. Lisboa: Edições Avante
- LIMA, Paulo e CORREIA, Susana (org.) (2006) – *Vida, fome e morte nos campos de Beja durante o salazarismo*. Beja: Câmara Municipal de Beja – Arquivo de História Oral
- NAVARRO, António Modesto (2002) – *Memória alentejana – resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*. Lisboa: Edições Avante
- PAIS, José Machado (2000) – Introdução. In PAIS, José Machado (org.) – *Traços e riscos de vida*. Porto: Âmbar, p.5-15
- PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar
- PATRIARCA, Fátima (2000) – *Os sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PIÇARRA, Constantino (2004) – O movimento social dos assalariados agrícolas do distrito de Beja: do 25 de Abril às primeiras ocupações. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto e Montemor-o-Novo: Campo das Letras e Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.201-214

- PINTO, José Madureira; ALMEIDA, João Ferreira de (1995) – *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença
- PINTO, José Madureira (1985) – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*. Porto: Edições Afrontamento
- SEALE, Clive (2000) – *The quality of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage
- SILVA, Manuel Carlos (1998) – *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento
- THOMPSON, Edward (1991) – *The formation of the English working class*, London: Penguin
- VVAA. (1954 – Maio) – Grandes vitórias dos camponeses. In *O Camponês* nº44, ano VI, p.1
- VVAA. (1958) – *Boletim dos Serviços Industriais*. Lisboa: Governo da República Portuguesa. 153
- VVAA. (1962 – Junho) – Magnífica vitória dos operários agrícolas! Mais de 250 mil trabalhadores do Sul conquistaram as oito horas!. In *O Camponês* nº94, p.1
- VVAA. (1987) – *Poetas populares do concelho de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja
- VVAA. (1994) – *Cancioneiro de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa
- VVAA. (2001) – *Memórias alentejanas: recolha de património oral*. Moura: Escola Secundária de Moura